

## QUESTIONAMENTOS DA AEJ

1. A partir da promulgação do Marco Legal do Saneamento Básico, Lei 14.026 de 15/07/2020, as cidades devem começar a cobrar tarifas e taxas sobre os serviços de poda de árvores, varrição de ruas, limpeza de bocas de lobo, abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos. Quais as iniciativas de seu governo para o atendimento desta lei sem onerar o contribuinte?
2. Considerando que **Gestão** é um conjunto de princípios relacionados às funções de planejar, organizar, dirigir e controlar; **Governança corporativa** é o conjunto de práticas, normas e processos que regulam a maneira como as organizações são gerenciadas e controladas e que **Compliance**, é o conjunto de procedimentos e regras que tem como objetivo manter a organização em linha com as normas vigentes e a ética.  
O que pode comentar ou esclarecer do ponto de vista de sua Gestão, quanto a partidização da administração municipal, em prejuízo de seus quadros técnicos, prejudicando a Gestão, Governança e Compliance?
3. Temos conhecimento através de relatos de profissionais que existem servidores públicos municipais que oferecem seus serviços para aprovação de projetos de maneira mais célere, colocando em desvantagem os demais profissionais. Como pretende tratar deste tema em sua administração?
4. É notório que a quantidade de servidores públicos municipais está aquém do necessário para uma prestação de serviços eficiente por parte da Prefeitura. Você pretende, pelo menos, repor os cargos abertos de fiscais, técnicos e engenheiros?
5. Além das ferramentas existentes na Prefeitura (Saepro, Geoportal, etc.), você pretende criar/implementar outras tecnologias com a finalidade de aumentar a eficácia da máquina pública?
6. Faz parte de seu Plano de Governo a manutenção preventiva visando os prédios públicos, sistema viário, obras de arte e prevenção de enchentes?
7. Quais ações pretende implementar para melhorar a mobilidade e acessibilidade em nosso município?
8. Nosso município é uma APA – Área de Proteção Ambiental desde 1.984, regulamentada pelo Decreto 43.284 de 1.998, cujo conteúdo, a nosso ver, é bom, contudo, necessitando ser atualizado por um Plano de Manejo previsto pela legislação federal desde o ano 2.000. Esta é uma ação que depende do Estado. Como pretende tratar deste tema em sua administração?
9. O que pretende fazer para incentivar a construção de moradias para população de baixa renda ?
10. O tema Mudanças Climáticas ganhou proporções de ordem mundial e hoje inclusive está previsto em nosso Plano Diretor. Como pretende tratar deste tema em sua administração?
11. A AEJ participa ativamente de diversos Conselhos Municipais. É sabido que em revisões/alterações do Plano Diretor, obrigatoriamente o COMDEMA e o CMPT devem ser ouvidos. A partir de um trabalho voluntário, a sociedade civil se envolve no processo e, com grande frequência, vê que os pareceres elaborados por estes conselhos não são acatados. Como você pretende tratar deste tema?

## Respostas Gustavo Martinelli

### Associação dos Engenheiros

- 1- Os serviços de poda de árvore, varrição das ruas e limpeza de bocas de lobos, já são cobrados no IPTU. O abastecimento de água e esgotamento sanitário são cobrados pela DAE através do consumo de água registrado e o manejo dos resíduos sólidos também são cobrados junto ao IPTU. O atendimento à Lei, se exigir que a remuneração de cada serviço seja feita de forma individualizada, não deverá alterar a carga tributária suportada pelos moradores. Portanto, não criaremos nenhuma cobrança ou taxa a mais.
- 2- Nosso único compromisso na gestão de nossa cidade é com os cidadãos jundiaienses, sem nenhum acordo com partido ou grupo político. A Governança inclui também o aspecto político e o governo precisa contar com o apoio e participação de todos os setores e correntes políticas. Nosso governo será composto por quadros técnicos de nossa cidade, idôneos e competentes, de forma a termos uma gestão eficiente, com controles rigorosos e transparência, a fim de garantirmos o cumprimento das normas e sermos um governo ético e focado na entrega de resultados à sociedade.
- 3- Os funcionários da Prefeitura não têm compromisso de dedicação exclusiva e, por isso, não há como proibir que prestem serviços profissionais a terceiros. Mas, acelerar a aprovação de projetos não é um serviço profissional e essa prática deve ser combatida. Os nossos gestores serão orientados para prestarem atenção nesses casos com a finalidade de coibir essa prática e de punir os funcionários que atuam dessa maneira. Mas, a contribuição dos profissionais que se sentem prejudicados é importante para a identificação daqueles que adotam essa prática. É importante que denunciem, sem temer qualquer consequência. Outra forma de coibir esta é melhorar a eficiência de todo processo de aprovação, colocando prazos máximos de resposta por parte da Prefeitura.
- 4- Primeiro vamos reorganizar alguns processos de trabalho nas áreas de engenharia, pois acreditamos que é possível produzir mais com o mesmo efetivo. Exemplo: Habite-se, o prazo máximo para fiscalização será de 30 dias, passado o prazo, será concedido a licença de uso, creditando responsabilidade sobre o responsável técnico, as vistorias serão feitas por amostragem, podendo ser feitas antes e depois dos 30 dias. Uma vez implantado os ajustes de processo, estudaremos a necessidade de ampliação dos quadros. Queremos criar convênios com a Associação dos Engenheiros e Instituto de Arquitetos do Brasil para que os profissionais associados ou indicados participem do processo de planejamento da cidade de Jundiá.
- 5- Estaremos abertos a buscar novas ferramentas que possam facilitar a gestão municipal, com vistas a facilitar cada vez mais a vida dos jundiaienses. O aumento da

eficiência e da eficácia do serviço público deve ser uma meta permanente de administração e deve ser conquistada com o uso de todas as ferramentas disponíveis, entre elas a implantação de tecnologias. Por isso, toda oportunidade de melhorar e complementar os sistemas existentes será aproveitada.

- 6- Vamos melhorar a manutenção preventiva e corretiva de nossa cidade, que faz parte da zeladoria e será tratada com prioridade em todos os aspectos. Essa implantação de procedimentos técnicos será para avaliar as condições das vias públicas objetivando programar as manutenções preventivas e corretivas, além de evitar recapamentos desnecessários em vias com pavimentos com boa qualidade. Vamos também revisar e avaliar todos os contratos existentes de manutenção e conservação do prédio do Paço Municipal e dos demais prédios públicos, para analisar a necessidade de implementação de melhores práticas, objetivando a redução de custos. Já para a prevenção de enchentes vamos desenvolver projetos e buscar recursos externos para financiar obras e atividades para mitigar futuros impactos ambientais relacionados ao risco de enchentes, entre outras adversidades, como deslizamentos e desmoronamentos.
- 7- A melhoria da mobilidade sempre exige significativos investimentos em infraestrutura, daremos continuidade em todo trabalho iniciado pela atual administração, além de desenvolver novos investimentos em infraestrutura, compreendendo obras viárias, passeios seguros, e ciclovias, vamos investir na melhoria do transporte coletivo com a finalidade de reduzir o número de automóveis que circulam pela cidade.
- 8- A APA contribui para que a qualidade de vida no município seja preservada, mediante o controle do uso do solo e os cuidados com o meio ambiente. Se o Plano de Manejo puder atualizar e melhorar os procedimentos de aplicação das normas de APA, sem prejuízo dos seus objetivos, o nosso governo atuará junto ao Estado visando a sua realização.
- 9- A questão de moradias populares em nossa cidade será uma de nossas prioridades. Pretendemos fazer o maior programa habitacional de moradia popular para a população de baixa renda da história de Jundiá. Para isso iremos fomentar que a equipe da Fumas desenvolva projetos e em paralelo iremos buscar recursos junto ao Governo do Estado (CDHU) e Governo Federal (Minha Casa Minha Vida).
- 10- Vamos implementar as boas práticas da gestão voltadas para a preservação do meio ambiente, responsabilidade com a sociedade e transparência na gestão, de maneira que possamos minimizar os seus impactos no meio ambiente, de construir um mundo mais justo e responsável para nossa população e de manter os melhores processos da administração pública, todos baseados no tripé ESG, que contempla as dimensões do meio ambiente (Environmental), social (Social) e governança (Governance). No âmbito do município vamos procurar identificar as nossas prioridades, aquelas onde o

governo municipal tem condições de atuar, definir as ações implementá-las, como por exemplo, a busca por novas fontes de o governo deverá definir esse Plano de Ações em conjunto com a sociedade.

- 11- Queremos ser um governo democrático e os conselhos são fundamentais na construção de uma cidade mais justa e com qualidade. Nas divergências entre o executivo e os conselhos, buscaremos consenso através de discussão e argumentos técnicos, sempre pensando no bem comum e no melhor resultado para a população.